

MEMÓRIA / Por uma rede social, presidente anuncia que não suspenderá decretos de luto oficial de religiosos, políticos, economistas e até mesmo de um rei belga

Bolsonaro recua do revogação

» VINICIUS DORIA

O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou atrás no cancelamento de decretos de luto oficial, que causou surpresa e polêmica, porque entre os nomes que deixaram de merecer as homenagens do Estado havia religiosos e pelo menos um representante da nobreza europeia. O anúncio foi feito pelo próprio presidente, na página que mantém no Facebook, na noite do último sábado.

Bolsonaro recuou, segundo ele, em função de um “apelo popular”, embora tivesse recebido críticas, principalmente, das famílias dos homenageados e de parte da classe política, afetadas pelos cancelamentos. “Tendo em vista o apelo popular para que todos esses decretos permanecessem vigentes, tornarei sem efeito as revogações dos 122 atos, independente do governo que os decretou ou da personalidade homenageada”, escreveu Bolsonaro em um post ilustrado com uma foto da estátua de Padre Cícero, uma das personalidades cuja homenagem havia sido cancelada.

Do total de decretos de revogação que perderão a validade, 25 foram editados pelo atual governo. A lista inclui nomes de religiosos como dom Helder Câmara e frei Damião de Bozano; do rei Balduino I, da Bélgica; do antropólogo Darcy Ribeiro; dos economistas Celso Furtado e Roberto Campos; dos jornalistas Roberto Marinho e Otávio Frias; e de políticos como Franco Montoro, Antônio Mariz, Miguel Arraes, Antônio Carlos Magalhães e Luís Eduardo Magalhães. Também haviam sido revogados decretos de luto coletivo pelas vítimas de acidentes aéreos, como o voo 1907 da Gol, em 2006 — que deixou 157 mortos —, e o 3054 da TAM, em 2007, com 199 óbitos — a maior tragédia aérea do país.

Na postagem na rede social, Bolsonaro citou alguns exemplos de decretos anulados pelo

25

é o número de decretos de luto oficial que tinham sido anulados pelo presidente Jair Bolsonaro, na semana passada. A nova decisão veio na noite de sábado, em anúncio via rede social

então presidente Fernando Collor — como as homenagens póstumas a Tancredo Neves, papa João XXIII, os presidentes Emílio Médici e Castello Branco, além de Santos Dumont.

Críticas

Antes do recuo de Bolsonaro, na conta que mantém no Twitter a deputada federal Marília Arraes (PT-PE), neta do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, considerou a política de revogação de lutos oficiais “um grande absurdo” e que é “inadmissível (que o presidente) continue tentando apagar nossa história e o grande legado que figuras como essas nos deixaram. Não iremos permitir esse apagamento”, publicou.

Para a antropóloga Adriana Mariz, filha do ex-governador da Paraíba Antônio Mariz, morto em 1995 e cuja homenagem também fora revogada por Bolsonaro, a suspensão das homenagens oficiais de luto “é uma tentativa de cancelamento da própria história do país”. Ela afirmou que se sentiu ultrajada com a “política de cancelamento” do governo federal.

“Seria uma forma de queimar os registros oficiais da própria história”, disse Adriana, estendendo a crítica ao tratamento dado pelo governo às quase 627 mil vítimas da covid-19.

O mestre em ciência política e professor do Ibmec Danilo Morais afirma que a revogação

de decretos só faz sentido para atos que ainda surtam efeitos jurídicos e que, efetivamente, cumpra o papel de desburocratizar a gestão pública. No caso do cancelamento de lutos oficiais, “a providência é completamente equivocada, pois os atos já perderam o seu objeto”. “O revogação do governo vem sendo feito sem nenhum critério, sem nenhuma vinculação com a burocracia do Estado. Há falta de substância”, salienta.

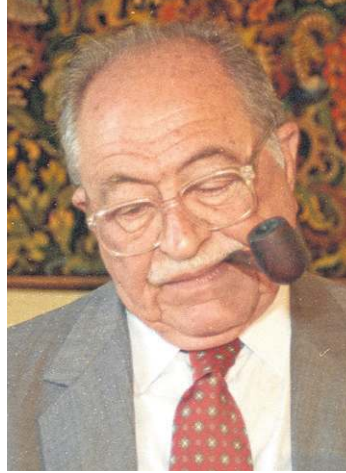
Cortina de fumaça

Para Morais, é preciso analisar os cancelamentos como mais um exemplo do comportamento recorrente do presidente Bolsonaro de levantar “cortinas de fumaça” com medidas diversionistas, para tirar o foco de questões que incomodam o governo. “As elites políticas não devem gastar energia com essa temática, que não tem nenhum efeito jurídico, só a intenção de desviar a atenção da opinião pública”, sugere.

Morais aponta que a consequência negativa dessa política é a desmoralização do próprio revogação, que, além de não ter produzido nenhum efeito prático na intenção de enfrentar a burocracia estatal, ainda agride a memória do país. “A decretação de luto oficial faz parte da narrativa histórica oficial, e a tentativa de apagar esses personagens é grave. É uma espécie de negacionismo, uma tentativa de apagar de reescrever a História pela sua própria lente. Não é um outro olhar, é uma tentativa de cancelamento, de negacionismo da História oficial”, explica.

O governo Bolsonaro só prestou homenagens oficiais por ocasião da morte do escritor Olavo de Carvalho, na semana passada, e do ex-vice-presidente Marco Maciel, em junho do ano passado. A anulação de documentos considerados sem eficácia teve início no governo Collor sob o argumento de que era preciso desburocratizar a gestão pública e promover uma racionalização normativa.

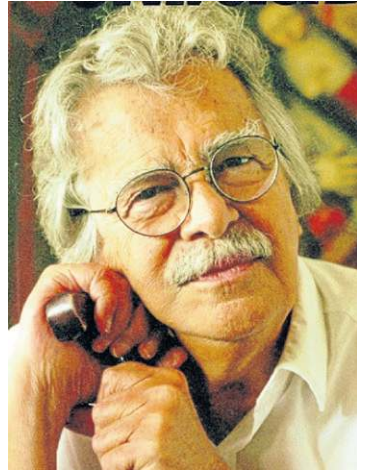
Alexandre Gondim/DP/D.A. Press



Marcia Kalume/Senado



Arquivo Pessoal



Nomes de Arraes, ACM e Darcy estavam na lista de homenagens que, de início, foi revogada

Churrasco para fechar o passeio

Reprodução / Redes Sociais



O presidente Jair Bolsonaro (PL) aproveitou o domingo para dar um passeio de moto com o filho, o vereador Carlos, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos, além de outros assessores. A primeira parada foi na DAF-DF, uma área agrícola próxima a São Sebastião. Ali, ele visitou um supermercado e permitiu que os proprietários tirassem fotos ao lado dele

— que, depois, postaram nas redes sociais. Em seguida, Bolsonaro seguiu para o Jardim Botânico, onde parou para comer churrasco em uma tenda. As imagens da refeição do presidente causaram polêmica. Ele foi criticado pela maneira como comia. Porém, houve quem enxergasse nos ataques uma forma de preconceito, uma vez que Bolsonaro é considerado um homem despojado e sem vaidades.

ROBERTO BRANT

A CONCLUSÃO É QUE A CLASSE POLÍTICA, NA SUA MAIORIA — POIS HÁ EXCEÇÕES À REGRA NOS DOIS LADOS DO ESPECTRO POLÍTICO, EMBORA BASTANTE MINORITÁRIAS —, APROPRIOU-SE DO ESTADO, NEG RECURSOS E SEUS INSTRUMENTOS APENAS EM BENEFÍCIO PRÓPRIO

Uma democracia de poucos

Volto hoje a um tema que tem estado presente em muitos dos meus artigos anteriores, mas cuja discussão é cada vez mais urgente: a qualidade da nossa vida democrática. O Brasil é um enigma difícil de ser decifrado. Temos os recursos e as condições para sermos uma das nações mais ricas do mundo. Temos uma grande agricultura, toda a energia de que precisamos, água em abundância, petróleo e muitos minerais, tudo o que é escasso em quase toda a parte. Mas permanecemos um país pobre e que cresce menos do que a maioria das nações. Uma das causas desse fracasso só pode ser a impotência do Estado devido à má qualidade da nossa vida democrática.

Nossa população deveria

estar sempre indignada e numa busca incessante por algo realmente novo para transformar o país. Mas se as pesquisas de intenção de voto para as próximas eleições estiverem corretas, parece que os brasileiros estão, em sua grande maioria, dispostos, sem muita reflexão, a voltar ao passado, tal o horror que sentem no presente. O sentimento dominante tornou-se a procura do mal menor, um dos disfarces preferidos do conformismo e da apatia social.

A impressão é que as novas gerações de brasileiros são gerações sem esperança. É a explicação que me ocorre para a passividade e até para o cinismo político das nossas majorias eleitorais. Creio que o pensamento dominante está contido numa passagem de Shakespea-

re: o que ficou irremediável tornou-se indiferente.

Há alguma razão para isso, pois nosso sistema político é um ambiente à parte da vida do país. O debate político não contém praticamente nada de interesse público, como políticas de crescimento e de proteção social, por exemplo. Tudo que diz respeito à vida das pessoas numa sociedade tão privada de tudo e tão dependente do Estado. Nada disso separa os partidos que, na verdade, não têm ideologia, nem ideias, nem posições. Seu único propósito é participar dos domínios do poder e o fazem sem nenhum pudor — e com grande competência.

A conclusão é que a classe política, na sua maioria — pois há exceções à regra nos dois lados do espectro político,

embora bastante minoritárias —, apropriou-se do Estado, seus recursos e seus instrumentos apenas em benefício próprio, passando ao largo do interesse comum. Em alguma medida isso sempre ocorreu, mas numa escala infinitamente menor. Hoje, a dominação do Estado pela corte política assumiu proporções sem precedentes, mesmo para a história de nossa velha cultura patrimonialista.

Recursos “privados”

Deputados e senadores sempre tiveram um pequeno limite no Orçamento para beneficiar as suas bases. Agora, além desses recursos, o Parlamento criou uma rubrica de grande valor para ser distri-

buída aos parlamentares, de forma secreta, como se fossem recursos privados. A soma das emendas, secretas e públicas, em 2022 está próxima de R\$ 40 bilhões, enquanto que o total dos investimentos públicos não chega a R\$ 45 bilhões. De um lado, o país, com seus 200 milhões de habitantes; de outro, nossos quase 600 parlamentares em pé de igualdade no Orçamento da República. Não é mais uma República.

Como é sabido, o apoio parlamentar ao governo tem como contrapartida a indicação, por deputados e senadores, de nomes para preencher os melhores cargos da administração federal. Por que pessoas eleitas para fazer as leis têm interesse nessas nomeações? É uma pergunta que fica no ar.

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, solicitou à Controladoria-Geral da União a criação de um sistema que revele os nomes dos padrinhos de cada indicação, para conhecimento de todos. A CGU não respondeu e as lideranças políticas se indignaram com a ingenuidade ou a falta de tato do ministro. Quem prefere as sombras para agir certamente tem motivos muito fortes.

São apenas dois exemplos. Há muitos outros, sempre a demonstrar que a democracia brasileira tem donos e esses donos são poucos. Que a devoção do Estado à população não esteja na pauta de nenhum dos candidatos, é um sinal de que pouca coisa vai mudar nas eleições de outubro.